COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA

PROJETO DE LEI Nº 1.165, DE 2007

Concede indenização por dano moral às pessoas com deficiência física decorrente do uso da talidomida e dá outras providências.

Autor: Senado Federal

Relatora: Deputada Cida Diogo

I - RELATÓRIO

O atual projeto de lei visa a conceder automaticamente, independentemente de pleito, indenização por dano moral, a cargo dos cofres públicos, a todos os portadores de deficiência física decorrente do uso do medicamento talidomida no período gestacional.

O autor justifica a medida afirmando que a ocorrência das deformidades físicas, efeito colateral indubitavelmente ligado ao medicamento, conforme ampla literatura médica, ter-se-ia dado por negligência das funções do Estado brasileiro.

O projeto origina-se do PLS nº 156, de 2006, aprovado no Senado Federal. Nesta Casa, foi encaminhado em regime de prioridade às Comissões de Seguridade Social e Família (CSSF), de Finanças e Tributação (CFT) e de Constituição e Justiça e Cidadania (CCJC), com apreciação conclusiva pelas Comissões. Não foram apresentadas emendas no prazo regimental.

II - VOTO DA RELATORA

É inegável o grande interesse humano da proposição. Atualmente são deveras conhecidos os diversos efeitos teratogênicos da talidomida. O medicamento foi amplamente usado por gestantes nas décadas de 1950 e 1960, e em decorrência nasceram, em todo o mundo, cerca de 12.000 crianças, cerca de trezentas no Brasil, com malformações congênitas que as marcaram para toda a vida, causando pesar e angústia a suas famílias e inviabilizaram em muitos casos uma vida normal.

A indignação coletiva que se seguiu à divulgação dos efeitos da talidomida é justa e fundamentada, e natural que se queira compensação para suas vítimas.

Por concordarmos com o mérito da proposição, apresentamos o voto favorável à aprovação.

Sala da Comissão, em de de 2007.

Deputada Cida Diogo
Relatora